

As áreas verdes no ambiente periurbano

Odaléia Queiroz ¹, Lia Vasconcelos ², Sara Hirata ³

¹ Universidade de São Paulo
Av. Pádua Dias, no. 11 – Agronomia – Piracicaba, SP, Brasil
otmmquei@usp.br
odaleiaq@terra.com.br

² Universidade Nova de Lisboa
FCT - Campus da Caparica
2829-516 – Caparica, Portugal
ltv@fct.unl.pt

³ Universidade de São Paulo
Av. Pádua Dias, no. 11 – Agronomia – Piracicaba, SP, Brasil
sara.hirata@usp.br
sarahirata@gmail.com

Resumo

As áreas verdes podem melhorar a qualidade de vida do cidadão urbano devido, principalmente, à cobertura vegetal que oferecem à população, dando oportunidade de se ter este contato em áreas impermeabilizadas. As áreas verdes têm várias funções urbanas e periurbanas, representadas, atualmente, pelos jardins, praças e parques públicos. Algumas áreas verdes periurbanas são áreas protegidas e há muitas possibilidades de integração destas com os centros urbanos próximos e com o rural também. O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão preliminar sobre o uso de parques periurbanos para lazer e recreação, destacando o seu papel como espaço vivencial para o público em geral. Os exemplos usados: Parque Estadual Campos do Jordão, SP, Brasil e Parque Natural de Sintra-Cascais, Portugal.

Palavras-chave: área verde, periurbano, lazer

Abstract

The green areas can improve the quality of life of urban citizens due mainly to cover the public offering, giving opportunity to have contact with the green in impermeable areas. Green areas have several functions and peri-urban, represented currently by gardens, squares and public parks. Some peri-urban green areas are protected areas and there are many possibilities for integrating these with nearby urban centers and the countryside too. The purpose of this article is to make a preliminary reflection on the use of periurban parks for leisure and recreation, highlighting its role as a public space for the general public. The examples used State Park Campos do Jordao, Brazil and the Natural Park of Sintra-Cascais, Portugal,

Keywords: Green areas, periurban, leisure

Introdução

O objetivo do presente texto artigo é realizar uma reflexão preliminar sobre o uso de parques periurbanos para lazer e recreação, destacando o seu papel como espaço público, tomando como exemplos o Parque Estadual Campos do Jordão, SP,

Brasil e o Parque Natural de Sintra-Cascais, Portugal.

Os procedimentos metodológicos usados para sua elaboração foram relacionados à revisão de literatura em uma perspectiva de exploração do tema em tela, realizando uma pesquisa preliminar, exploratória e

descritiva, voltada para os aspectos qualitativos das áreas verdes em espaços urbanos e periurbanos.

As áreas verdes urbanas e periurbanas são essenciais para melhoria da qualidade de vida da população em geral, constituem-se necessidade ambiental, pois árvores contribuem para o controle da poluição, oferecem sombra amenizando a temperatura do ar, minimizam os ruídos e enchentes, ajudando a conservação da biodiversidade, embelezando a paisagem, justificando-se, plenamente, a realização de pesquisas sobre o assunto.

O uso do verde urbano, especialmente no que diz respeito aos jardins, constituem-se em um dos espelhos do modo de viver dos povos que o criaram nas diferentes épocas e culturas. A princípio estes tinham uma função de dar prazer à vista e ao olfato.

Somente no século XIX é que assumem uma função utilitária, sobretudo nas zonas urbanas densamente povoadas. Determinaram conhecimentos que foram desenvolvidos e aprimorados na Idade Média, quando surgiram os jardins botânicos, os quais davam ênfase ao cultivo e manutenção de espécies medicinais. Com o Renascimento, o homem passa a cultivar uma grande variedade de espécies vegetais de diferentes regiões, as quais eram colecionadas e expostas em jardins botânicos do Velho Mundo (Loboda e De Angelis, 2005, p.126).

Pode-se dizer que as áreas verdes urbanas e periurbanas públicas caracterizam-se como lugares simbólicos onde a natureza representada pela cobertura vegetada é um diferencial diante das outras variáveis deste espaço construído. Tal vegetação pode ser um fator para dar conformidade à arquitetura local.

A qualidade de vida urbana está diretamente atrelada a vários fatores que estão reunidos na infra-estrutura, no desenvolvimento econômico-social e àqueles ligados à questão ambiental. No caso do ambiente,

as áreas verdes públicas constituem-se elementos imprescindíveis para o bem estar da população, pois influencia diretamente a saúde física e mental da população (Loboda e De Angelis, 2005, p.131).

A jardinagem moderna ocidental sofreu múltiplas influências, sendo aquelas advindas do Egito as mais marcantes, destacando-se também as oriundas dos gregos, dos persas, dos romanos, dos árabes, dos italianos e dos franceses.

A Grécia é considerada como o país em que pela primeira vez os espaços livres assumem função pública ao serem considerados como locais de passeio, conversa e lazer da comunidade.

Do símbolo de liberdade (a Ágora ateniense era o lugar onde, não só era possível fazer reuniões, mas também onde cada um podia dar sua própria opinião) ao símbolo do poder (o Fórum romano era o local de comércio e de política popular), as praças foram reduzidas a [...] oásis de verde [...] (De Angelis, 2000, p.128).

Com o passar do tempo, os parques públicos foram sendo edificados nas cidades européias e americanas a partir do século XVI, configurando-se como uma maneira típica de urbanização dos espaços contemporâneos baseados em um redirecionamento das relações entre o homem e natureza. No Brasil, praças e parques também existem há muito tempo, oriundos do início da colonização, sendo um dos primeiros jardins públicos construídos o Passeio Público do Rio de Janeiro de 1779 (Segawa,1996).

Conceituação

De acordo com Di Fidio (1990) há categorias de espaços urbanos e suburbanos, a saber: Espaços verdes urbanos privados e semi públicos como os jardins residenciais e hortos urbanos; Espaços verdes urbanos públicos como praças, parques urbanos, jardim botânico etc; espaços verdes suburbanos como os cinturões verdes.

As cidades, hoje, geralmente industrializadas, absorvem cada vez mais pessoas que imprimem uma série de rearranjos socioespaciais que mudam suas feições, há um constante processo de

compactação e impermeabilização do solo devido às construções e abertura de arruamento o que, usualmente, acarreta a retirada da vegetação original e possibilidade de surgimento de uma mudança localizada do clima urbano com tendência de aumento de temperatura. Enfim, a urbanização traz benefícios mas também causa impactos socioespaciais e ambientais significativos.

Milano (1993) define áreas verdes urbanas como áreas livres na cidade, com características fundamentalmente naturais. É inquestionável a importância dessas áreas em centros urbanos que, cada vez mais, estão adensados (Hardt, 1996).

Wilheim et al. (2000) dizem que a qualidade de vida pode ser influenciada pela paisagem ao passo que há recuperação psíquica, o prazer intelectual, a sensação agradável do ambiente despoluído, limpo e ordenado, a noção de espaço público disponível, a visualização do equipamento coletivo, as condições de segurança propiciadas por espaço que garanta a integridade física, a orientação no espaço urbano e a liberdade de opções na movimentação urbana.

Nota-se que a qualidade de vida em sua forma de expressão mais clara está intimamente relacionada ao bem-estar que envolve aspectos e fatores ambientais, ou seja, a qualidade de vida não deve ser considerada apenas analisando condições de abrigo, acesso à educação, saúde e segurança, mas ponderar sobre se ter um ambiente natural e saudável para usufruir.

As áreas verdes, independentemente do ambiente em que estão, possuem funções ecológicas e sociais relevantes, porém ainda não há um aproveitamento adequado das mesmas, pois faltam iniciativas que fomentem o debate sobre questões voltadas a educação e preservação com o intuito de consolidar a noção de ecossistema, imprescindível para o equilíbrio ambiental. Trata-se de um equilíbrio que considere o cuidado contínuo e constante sobre a qualidade dos sistemas hídricos, a proteção de solos em áreas de risco bem como da qualidade atmosférica, do controle de ruídos etc.

Por outro lado, é interessante notar que essas áreas podem, por muitas razões, atrair investimentos, gerar empregos e atividades turísticas (Ganglof, 1996).

Áreas verdes, lazer e turismo

Nas áreas verdes existentes em espaços urbanos e periurbanos podem ocorrer diferentes formas de lazer e, principalmente, um turismo especializado que, segundo Beni (2006) tem certas características individuais que evidenciam a influência da cultura, valores e comportamentos daqueles que o praticam.

Tais áreas verdes também atraem todo tipo de turista em busca de experiências junto à natureza com rica vegetação que "resulta da conjugação dum conjunto de factores ecológicos e históricos" (Quintal, 2009, p.73). Enfim, os turistas que procuram as áreas verdes são atraídos pela flora e também pela fauna, principalmente pássaros, curiosos em descobrir elementos dos ecossistemas locais com nítidas motivações ambientais. Há também aqueles que apreciam fazer caminhadas em meio ao verde, com ar puro e paisagem repousante. O contexto indica que essa vivência da população em áreas verdes urbanas e periurbanas podem despertar a necessidade de sua valorização e proteção por parte dos seus responsáveis da esfera pública. Este, ao ser provocado pelo pleito da sociedade, muitas vezes, passa a pensar em oferecer boas condições de uso dessas áreas verdes, ou seja, "colocar a natureza à disposição dos cidadãos, de forma responsável e sustentada" (Carreiras, 2009, p.1).

Pode-se dizer que a atenção do poder público e da própria comunidade em relação às áreas verdes em cidades e em seu entorno próximo, visa aprimorar a conservação das mesmas e também a melhoria da qualidade de vida do cidadão, pois dota o urbano e periurbano de cobertura vegetal o que é fundamental para a manutenção do equilíbrio dinâmico dos ecossistemas. Por outro lado, estes espaços abertos que oferecem oportunidades de lazer, geralmente, localizados em lugares com *déficit* de área de recreação para a população, apresentam, muitas vezes, certa dificuldade de administração, devendo ser planejadas de acordo com os pleitos e necessidades da comunidade. É bom observar que área verde é diferente de espaço livre, a primeira é uma categoria de espaço livre, um subsistema deste, devendo ser dotada de infraestrutura de lazer para várias faixas etárias (Nucci, 2001).

Os espaços livres em cidades podem ter inúmeras funções, tais como

oferecer iluminação e ar aos edifícios altos situados no centro da cidade; dar oportunidade ao cidadão satisfazer suas necessidades de ocupação do tempo livre (física, psicológica e social) e propiciar que áreas relevantes, com características únicas, possam ser preservadas e conservadas. Assim, as principais funções dos espaços livres de construção são: recreativa, educativa, ecológica e estética ou paisagístico-integradora (Mazzei; Colesanti e Santos, 2007, p.39).

É importante dizer que essas áreas

[...] possuem várias características em comum com relação às dificuldades de execução dos programas de manejo ou o gerenciamento propriamente dito, principalmente o programa de proteção, no qual a fiscalização, normalmente precária, é responsável pela

inibição da caça, pesca, extração de madeira e vegetais de interesse econômico, extração de minérios entre outros recursos naturais, além de responsável pela prevenção e combate a incêndios florestais. Outra característica comum dessas unidades é o uso da terra no entorno, onde a predominância de atividades agrosilvopastoris delineiam diversos impactos à biota das áreas protegidas (Mazzei; Colesanti e Santos, 2007, p.34).

O caso do Parque Estadual de Campos do Jordão, S. Paulo, Brasil

Denominado oficialmente como Estância hidromineral de Campos do Jordão, criada pelo Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE) do governo do estado de São Paulo, o município de pouco mais de 47 mil habitantes tem em sua história uma trajetória que o levou a ser um dos mais importantes destinos turísticos brasileiros (IBGE, 2010).



Figura 1. Localização do Município de Campos do Jordão no Estado de São Paulo, Brasil

De maneira geral, os aspectos geográficos que envolvem clima e relevo são os principais pontos que atraem milhares de visitantes todos os anos para a região. Trata-se, segundo Ab'Sáber (2003), de uma topografia montanhosa e acidentada,

classificada como "Mares de Morros Florestados" ou "Planalto Atlântico" resultando em diversos recursos paisagísticos naturais que representam atrativos importantes para o turismo e prática de esportes de aventura.

Andrade (1997) enuncia o clima como tropical de altitude, com ventos e precipitações brandas, elucidando o papel da geomorfologia das linhas mestras da Serra da Mantiqueira que estão distribuídas em vales profundos e morros com altitudes entre 1.030 e 2.007 metros, na divisa entre São Paulo e Minas Gerais.

A vegetação da região estudada tem predomínio originalmente da Mata Subtropical Perenifolia (Eiten, 1983), ou Estacional Semidecidual, contando com fragmentos de araucária, *Araucaria angustifolia* e *Araucaria podocarpus*, muito prestigiada e importante na paisagem de Campos do Jordão e especialmente do Parque Estadual de Campos do Jordão (Veloso, 1991).

Quanto à organização do espaço, Campos do Jordão e a região próxima apresentam peculiaridades em comum com predomínio de áreas protegidas, paisagens rurais, e pequenos centros urbanos em seus territórios.

A preservação das áreas verdes associada ao clima de altitude com temperaturas amenas deram abertura às condições iniciais de atratividade para as elites dos centros urbanos mais próximos, ou seja, a parcela da sociedade com recursos para deslocamento e permanência nesses locais. O Turismo serrano desenvolveu-se no Brasil, inicialmente, como uma maneira de "fugir" do clima predominantemente tropical típico do Brasil como um todo.

O núcleo urbano de Campos do Jordão data do começo do século XX, no entanto, o desenvolvimento da atividade turística é mais recente, marcada a partir da década de 1940 quando houve uma transição de sentido da visita ao local, passando dos antigos sanatórios para tratamento de doenças respiratórias para um turismo de segunda residência (Almeida, 2006).

A evolução da atividade estimulou o investimento em instalações turísticas e há mais de três décadas existe uma demanda constante pela área por meio de boas autoestradas que permitem acesso às duas maiores metrópoles do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro. A partir da construção de vias com ligação entre as serras e os centros mais populosos da região ocorreu uma expansão das residências secundárias, configurando uma fase importante na consolidação de Campos do Jordão como "Suíça brasileira" tal como propagado nos veículos midiáticos e que motivou a valorização do

espaço e a implementação de infraestruturas e serviços voltados ao tipo de público consumidor emergente.

Ao longo do tempo os atrativos locais popularizaram-se e Campos do Jordão passou a receber maiores fluxos de visitantes, estabelecendo-se um verdadeiro turismo de massa na área, notadamente a partir da década de 1980 aos dias atuais, multiplicando-se as estruturas locais.

Neste mesmo período cresceu a preocupação com as questões ambientais e noções de preservação, influenciando o imaginário social que se voltou para o verde, demandando novas modalidades de lazer junto à natureza, turismo rural e de aventura, os quais eram notadamente adequados à paisagem da região da Serra da Mantiqueira.

Campos do Jordão hoje é considerada uma "cidade turística", ou seja, sua economia está baseada essencialmente no turismo, dependendo principalmente dessa atividade para manutenção do seu território.

Ali os turistas se sentem atraídos pelo que lhes parece diferente e interessante, pelo que não vivenciam no cotidiano. Trata-se de um espaço de lazer, de distanciamento de hábitos e rotina, ou seja, daquilo vivido diariamente, como poluição, violência, barulho, trabalho desgastante e estresse (Hirata e Queiroz, 2012). Nota-se claramente a construção de uma paisagem simbólica que atrai o público por meio de um cenário de arquitetura e estética com a intenção de complementar a sensação de frio a partir da imitação dos modelos dos edifícios urbanos europeus.

Segundo Almeida (2006), o espaço e o território turistificados têm passado por transformações e adaptações com o intuito de destacar aspectos visuais que representem o lugar que os visitantes desejam ver (ou que se imagina que eles queiram). Porém, a criação de imagens com esse objetivo muitas vezes reforça estereótipos e desconstrói formas tradicionais de organizações sociais e alimentar o que pode gerar conflitos entre as paisagens voltadas para os turistas e as paisagens do dia-a-dia local.

Nos últimos anos, segundo estimativa da prefeitura de Campos do Jordão, o município tem recebido cerca de meio milhão de visitantes por ano na alta temporada compreendida entre os meses

de junho e julho, principalmente. Em decorrência da expansão turística nessa região da Serra da Mantiqueira, muitos problemas e impactos negativos surgiram, tais como roubos, furtos, mendicância, vandalismo, congestionamento entre outros (Almeida, 2006).

Inserido no contexto de Campos do Jordão estão áreas de florestas protegidas, sendo a mais conhecida delas, o Parque Estadual de Campos do Jordão (PECJ) ou Horto Florestal como é popularmente chamado. É uma unidade de conservação da natureza (Brasil, 2000) cujos aspectos físicos, climáticos e históricos explicam a sua significância como área verde no ambiente periurbano jordanense. Sua criação ocorreu em 1941 pelo Decreto Lei 11.908 o que o coloca como primeiro parque estadual paulista. Sua área abrange atualmente 8.341 hectares, o que representa um terço da superfície municipal.

Localizado na porção leste-nordeste do Estado de São Paulo, nas encostas da Serra da Mantiqueira, o parque faz divisa a sul com a bacia do rio Paraíba do Sul e a noroeste com o Estado de Minas Gerais. Sua área abrange parte dos municípios de Campos do Jordão, São Bento do Sapucaí e Santo Antônio do Pinhal, perfazendo um total de 675 km² (Marques de Sá, 2002; Sirgado, 2001).

No Parque encontramos um importante remanescente da Mata Atlântica, num mosaico com três fisionomias básicas: a mata de Araucária e Podocarpus, os Campos de Altitude e a Mata Nebular. Segundo a Fundação Florestal (2011), o destaque dos atrativos do PECJ são as trilhas chamadas Monteiro Lobato, Quatro Pontes, Cachoeira, Rio Sapucaí, Celestina e Campos e contemplam a demanda de um público variado entre crianças, jovens, adultos e idosos. Além das trilhas, existem serviços dentro do parque como restaurante, trezinho, lanchonete, loja de artesanatos e de chocolates produzidos no município entre outras coisas.

A movimentação que ocorre no PECJ é estreitamente relacionada às atividades que ocorrem no centro urbano do município que fica a uma distância de aproximadamente 13 quilômetros. No percurso podem-se observar vários condomínios de casas de veraneio, hotéis, restaurantes, pousadas entre outros empreendimentos turísticos ligados, por

exemplo, a passeios a cavalo e à venda de artesanato.

Dessa forma, os visitantes estão envolvidos em duas atmosferas, a urbana e a rural, distintas, mas entrelaçadas e complementares. Se à noite os visitantes preferem prestigiar a Vila Capivari (local que concentra a oferta de serviços de restauração e lojas) onde ocorrem eventos gastronômicos, concertos e atividades noturnas, durante o dia muitos escolhem atividades ao ar livre, desenvolvidas, notadamente, no ambiente periurbano com áreas verdes preservadas que muito apetezem os turistas.

Esse contato que chega ao periurbano até as florestas protegidas resulta em sua maior valorização como espaço público, abrindo-se a possibilidade de sensibilização dos visitantes em relação não só ao lazer, mas também às questões ambientais.

No interior do estado de São Paulo o PECJ é o mais visitado, e alcança, segundo a gestão do parque em 2011, uma média de 60 mil visitantes por ano. Estes vão à unidade, principalmente, com automóveis particulares, como apontado no estudo de Hirata e Queiroz (2012) que entrevistou 72 visitantes e destes 71% responderam que o transporte mais utilizado para ir até Campos do Jordão é o carro.

O estudo também abordou questões ligadas à percepção ambiental notando que os rearranjos socioespaciais e ambientais que impactam a região não são observados pelos entrevistados como algo negativo. Além disso, percebe-se certa superficialidade de interação com a realidade local, ou seja, há indícios de que a estadia dos visitantes é estreitamente relacionada ao espaço construído para recebê-los, concentrados nas vilas turísticas intencionalmente projetadas para o perfil turístico apresentado, não havendo relação com o espaço do município como um todo, incluindo suas fragilidades ambientais e de inclusão social.

De acordo com Barbieri (1997), vê-se que há divergências entre as razões que levam os visitantes até o parque e as atividades ali desenvolvidas, realçando que a presença de grande parte dos turistas está ligada a um "ponto turístico", isento da consciência de sua condição como área protegida.

As diferentes maneiras de se fazer turismo estão estreitamente relacionadas à percepção ambiental dos visitantes, sendo ela construída à base dos valores culturais e pela educação, promovendo-se uma interpretação individual fruto das experiências anteriores e concepções sobre a valoração da natureza.

Segundo Almeida (2006), a sustentabilidade do turismo na área está comprometida, devido à inexistência de mecanismos nas localidades que permitam maior envolvimento dos residentes nas decisões sobre o turismo, além de contar majoritariamente com grupos políticos e empresários no processo de tomada de decisão.

Há carência de infraestrutura urbana voltada à população local e também do domínio sobre os princípios do turismo sustentável, tais como o controle do fluxo de visitantes, a organização do espaço, a valorização dos moradores e, principalmente, a visão de futuro necessária para se evitar degradação ambiental.

O planejamento e a sensibilização são instrumentos que permitem uma aproximação do visitante e podem proporcionar uma sensação de pertencimento e valorização destes ambientes como o do PECJ.

A supervalorização dos fatores econômicos é uma barreira considerável em diversos ambientes para alcançar os objetivos das políticas de planejamento sustentável, como considera Ruschmann abaixo:

Encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula, e o seu desenvolvimento planejado, que preserve o meio ambiente, não é tarefa fácil, principalmente porque o controle da atividade depende de critérios, valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada que ainda não se encontrou no nosso país nem em outros países (Ruschmann, 1997,p.11).

Enfim, o desenvolvimento de toda atividade turística, incluindo a que ocorre em parques, deve contemplar fatores estabelecidos por um planejamento, representando, dentro de parâmetros sustentáveis, uma alternativa para minimizar conflitos e impactos, considerando as necessidades dos

visitantes, incorporando as populações autóctones, bem como a integridade do ambiental local.

O caso do Parque Natural de Sintra-Cascais, Portugal

Sintra-Cascais é um dos treze parques naturaisⁱ de Portugal continental, localizado próximo de Lisboa, capital do país, entre o Cabo da Roca (freguesia de Colares, Concelho de Sintra, ponto mais ocidental de Portugal) e praia do Guincho (Concelho de Cascais, costa ocidental atlântica). É dividido em zonas, a saber: agrícola (fruta e vinho) e costeira (praias, falésias e dunas), com cobertura vegetal de floresta primitiva com espécies variadas, algumas endêmicas como a "saudade" que só existe na flora portuguesa, enfim, com grande diversidade paisagística. Enfim, é "uma área de contrastes e bastante heterogênea a diversos níveis: paisagístico, geomorfológico, ocupação humana, actividades económicas, etc." (Baltazar e Martins, 2004, p.1).

A porção litorânea do Parque tem estrutura de diversas rochas com diferentes graus de resistência aos processos erosivos formando um relevo de costa acidentado (Serra de Sintra), apresentando costões/falésias e praias entrecortadas em enseadas, ambiente de grande beleza cênica, muito apreciado por aqueles que ali passam.

A área foi classificada pela UNESCO (United Nations, Educational, Scientific and Cultural Organization) como paisagem cultural e património da Humanidade desde 1995 e englobada na Rede Natura 2000ⁱⁱ (Turismo de Portugal,2012).

De acordo com Batista (2010, p.15) "A Conservação da Natureza em Portugal assim como noutros países europeus, tem assumido predominantemente um carácter preservacionista privilegiando os condicionamentos da ocupação do espaço e do desenvolvimento de actividades consideradas incompatíveis com a conservação. O turismo surge frequentemente como uma actividade compatível com os objectivos de conservação de APZs contribuindo para que estas áreas não constituam ilhas isoladas do restante território, uma vez que compreendem propriedades públicas e privadas, onde se desenvolvem diferentes actividades (agrícolas, pecuárias, industriais, etc.) e onde a ocupação

humana assume uma expressão muito representativa”.

A autora lembra que já no começo dos anos de 1970, em Portugal, foi promulgada a Lei 9 (19/06/1970) que previa a criação de parques nacionais que podiam compreender Reservas integrais; naturais; de paisagem e turísticas, afirmando que estas últimas “correspondiam às zonas a desenvolver segundo as necessidades das populações e do turismo, em conformidade com os objectivos do parque, e subordinadas a um ordenamento destinado a favorecer a sua unidade e conservação natural e a harmonia das construções” (Batista, 2010, p.40).

De acordo com o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra Cascais, este desenvolve-se em dois espaços dominantes: (1) a Serra de Sintra e (2) o litoral atlântico norte, com orientações territoriais definidas, nomeadas normas dirigidas à sua gestão. Na primeira – a Serra de Sintra – estas normas referem-se a:

- Promover a preservação e valorização do espaço florestal e natural da Serra de Sintra.
- Manter a área litoral Colares/Guincho como paisagem e zona única.
- Garantir que as intervenções na orla costeira não comprometem nem descaracterizam o espaço serra.
- Garantir padrões de elevada exigência urbanística, arquitectónica e paisagística para os núcleos urbanos.
- Garantir níveis e padrões de ocupação edificada e turística consentâneos com a salvaguarda e valorização paisagística, ecológica e patrimonial.

Enquanto que no que se refere ao Litoral Atlântico Norte visa:

- Assegurar a manutenção da agricultura como factor de qualificação da paisagem e de equilíbrio dos ecossistemas e da ocupação do território.
- Preservar e estabilizar a paisagem associada às encostas das ribeiras, atendendo a padrões de qualidade paisagística.
- Controlar e enquadrar as pressões urbanas.

- Configurar e estruturar a ocupação urbana do eixo Ericeira-Mafra e do eixo Colares-Magoito .Interior norte agrícola.
- Contrariar o fenómeno da dispersão da edificação promovendo a concentração em núcleos e em áreas devidamente planeadas e infra-estruturadas.

Os recursos naturais existentes na área protegida do Parque atraem muitas pessoas, nomeadamente, pesquisadores e turistas que têm definido a sua identidade associada ao seu grande valor paisagístico. A visita realizada no local indica que o turismo pode contribuir para conservação da natureza a partir de um processo de desenvolvimento sustentável.

A proximidade de zonas intensamente urbanas, a linha de Sintra, torna-o um local periférico e atribui-lhe uma função essencial ao acolher uma série de actividades de lazer que constituem escape para os urbanitas e contribuem para uma melhoria das suas condições de vida.

Simultaneamente, detentor de um plano de ordenamento este Parque zela pela preservação dos seus valores naturais resistindo a um crescimento urbano desordenado em mancha de óleo, preservando um território de grande potencial natural evitando a destruição de um bem público e/ou uma apropriação individual de um bem colectivo.

Considerações finais

O principal propósito deste texto foi evidenciar a utilização dos parques periurbanos para lazer e recreação, destacando o Parque Estadual Campos do Jordão, SP, Brasil e o Parque Natural de Sintra-Cascais, Portugal. .

“A queda da qualidade de vida nas grandes cidades, provocada pela superpopulação, poluição sonora, visual, do ar e das águas, congestionamentos e violência, além das pressões e da rotina do cotidiano, estressam os cidadãos de tal forma que, nas férias e nos feriados, buscam o descanso no contato com o verde e a natureza, geralmente longe dos centros urbanos. Essa necessidade torna-se cada vez maior, e o aumento do número de pessoas que viajam em ‘busca do verde’ faz com que, ironicamente, passem a agredir e deteriorar ambientes alheios” (Ruschmann, 1992, p.42).

A proximidade a Lisboa faz do Parque Natural de Sintra-Cascais uma área de extrema importância do ponto de vista turístico. O mesmo pode-se dizer sobre o PECJ, zona privilegiada para o lazer dos visitantes de Campos de Jordão, configurando-se, estas duas áreas naturais, locais que necessitam de intervenções que garantam a integridade do seu rico patrimônio socioambiental periurbano. A permanência da atividade turística local depende da preservação dos recursos naturais.

Referências

- Ab'Sáber, A. N. Os domínios de natureza do Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- Almeida, J. G. A (In)Sustentabilidade do Turismo no Entorno de Campos do Jordão, SP: Aspectos da Relação Turismo-residente nas Novas Destinações Serras, à Luz da Fenomenologia. Dissertação (mestrado). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- Andrade, J. V. Turismo: fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 1997.
- Baltazar, Luís e Martins, Carlos. (2004). Atlas do parque natural de Sintra-Cascais: Dar a conhecer a Área Protegida através dos mapas. ESIG 2004 • VIII Encontro de Utilizadores de Informação Geográfica • USIG • Tagus Park, Lisboa.
- Batista, Donzília F. (2010). Turismo, contributo para o desenvolvimento sustentável de áreas protegidas. Dissertação de Mestrado em Ordenamento do território e Planeamento Ambiental. FCT/DCEA/Universidade Nova de Lisboa, Pt.
- Barbieri, M. G. Análise de Programas de Uso Público em Unidades de Conservação do Estado de São Paulo – Revisão e Estudo de Caso para o Parque Estadual de Campos do Jordão. Dissertação de Mestrado. PROCAM/USP, São Paulo: 1997. 238p.
- Beni, Mário C. (2006). Análise estrutural do turismo (10ª.). São Paulo: Seanc.
- Carreira, Carlos. (2009). CascaisNatura. <http://www.ambienteonline.pt/noticias/detalhes.php?id=7771> <acesso7set2012> Foi neste endereço eletrônico que obtive a citação usada de Carlos Carreira
- Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília: MMA; IBAMA; Funatura; 2000, 32p.
- De Angelis, B.L.D. 2000. A praça no contexto das cidades o caso de Maringá . PR. 367f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) . Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Di Fidio, M. 1990. Architettura del paesaggio. Milano: Pirola.
- Ganglof, D. 1996. Urban forestry in the USA. In: Second national conference on urban forestry. Editor Kevin D. Collins, p.27-29.
- Eiten, G. 1983. Classificação da Vegetação do Brasil. Brasília: CNPq/Coordenação Editorial.
- Fundação Florestal. Disponível em: <<http://www.fflorestal.sp.gov.br>>. Acesso em 11 Set. 2012.
- Hardt, L.P.A. 1996. Recuperação de áreas degradadas para áreas verdes urbanas. In: Curso sobre paisagismo em áreas urbanas. Curitiba, UNILIVRE, 72 p.
- Hirata, S.R., Queiroz, O.T.M.M. Percepção do visitante sobre a relação entre turismo e meio ambiente no município de Campos do Jordão (SP). Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.5, n.3, set/dez-2012, pp.482-501.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades@. Campos do Jordão, SP. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=350970#>> Acesso em: 11 set 2012.
- ICN/Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (2003) Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais (http://portal.icn.pt/NR/rdonlyres/40EE52DF-E9FE-4ED1-9A26EB9B0C7FFDF9/0/Relatorio_POPNSC.pdf) Acesso em: 4 Dez 2012.
- Loboda, C.R., De Angelis, B.L.D. 2005. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. Ambiência Guarapuava,

PR v.1 n.1 p. 125-139 jan./jun. 2005
ISSN 1808 – 0251.

Marques de Sá, A.L.R.S. 2002. São Bento do Sapucaí (SP). A formação de uma localidade turística. São Paulo. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicação e Artes.

Mazzei, K., Colesanti, M.T.M., Santos, D.G. 2007. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. *Revista Sociedade & Natureza, Uberlândia*, 19 (1): 33-43, jun. http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedade_natureza/article/viewFile/9350/5730<acesso17set2012>

Milano, M.S. 1993. Arborização urbana. In: Curso sobre arborização urbana. Resumos. Curitiba, UNILIVRE/ Prefeitura Municipal de Curitiba/ Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, p.1-52.

Nucci, J.C. 2001. Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de Ecologia e Planejamento da Paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP). São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP.

Portugal, Turismo de. 2012.

Quintal, R. 2009. A importância dos jardins como nicho turístico na Madeira. In: Simões, José M. e Ferreira, Carlos C. (Eds). *Turismo de nicho: motivações, produtos, territórios*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa. p.71-94.

Ruschmann, D. 1992. Turismo sustentado para preservação do patrimônio ambiental, in: *Turismo em Análise*. São Paulo, v.3, n.1, p.42-50, maio. 1992, p. 42.

Ruschmann, D.M. 2006. *Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente*. 1997. Campinas, SP: Papirus. 13 ed.

Segawa, H. 1996. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel.

Wilheim, J. et al. 2000. *Intervenções na paisagem urbana de São Paulo*. São Paulo: Instituto Florestan Fernandes.

Sirgado, J.R. Espaço turístico e desenvolvimento no Cone Leste Paulista, In: Rodrigues, A. B. (org.) *Turismo rural*. São Paulo: Contexto, 2001.

Veloso, H.P. et al. 1991. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais.

UICN (2012) <http://www.uicn.org>

ⁱ Em Portugal continental, existem atualmente treze Parques Naturais: Montesinho; Douro Internacional; Litoral Norte; Alvão; Serra da Estrela; Tejo Internacional; Serras de Aire e Candeeiros; São Mamede; Sintra-Cascais; Arrábida; Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina; Vale do Guadiana; e Ria Formosa. Parque Nacional é uma categoria voltada para a conservação de ecossistemas e recreio (IUCN, 1994:12; 2002:10).

ⁱⁱ A Rede Natura 2000 é uma rede de áreas designadas para conservar os habitats e as espécies selvagens raras, ameaçadas ou vulneráveis na União Europeia. Resulta da implementação de duas directivas comunitárias: Directiva Aves (79/409/CEE, de 2 de Abril), relativa à conservação das aves selvagens; Directiva Habitats (92/43/CEE, de 21 de Maio), relativa à protecção dos habitats e da fauna e flora selvagens. Deve permitir alcançar os objectivos estabelecidos pela Convenção sobre Diversidade Biológica, aprovado na Cimeira da Terra no Rio de Janeiro, em 1992.